



---

## REFLETINDO O ENSINO DE SOCIOLOGIA E A QUESTÃO DE GÊNERO: experiências, currículo e formação docente

*Elisângela Ferreira Menezes<sup>1</sup>  
Rafael Ademir Oliveira de Andrade<sup>2</sup>*

### Resumo

O presente relato de experiência pretende discutir o ensino de sociologia no ensino médio dentro da perspectiva das relações de gênero, com base no estágio de prática de ensino realizado na Escola Rio Branco em Porto Velho-RO, com alunos do 1º e 2º ano do ensino médio. Dentro da vivência e observação realizada em sala de aula, a proposta é buscar apontar elementos que demonstram a necessidade deste tema em sala de aula e que a ausência deste pode gerar a reprodução do preconceito, naturalização da desigualdade de gênero dentro a instituição escolar.

**Palavras-chave:** Escola. Relações de gênero. Sociologia.

## LA ENSEÑANZA DE LA SOCIOLOGÍA EN LA ESCUELA SECUNDARIA Y LA PERSPECTIVA DE GÉNERO: las ausencias y silencios

### Resumen

En este relato de experiencia se analiza la sociología de la educación en la enseñanza secundaria desde la perspectiva de las relaciones de género, basado en la práctica de la enseñanza de campo de entrenamiento en la escuela de Rio Branco em Porto Velho-RO, con los estudiantes de la escuela secundaria de primero y segundo año. Dentro de la experiencia y la observación hecha en el aula, la propuesta es tratar de señalar los elementos que demuestran la necesidad de este tema en el aula y que la ausencia de esto puede generar la reproducción de los prejuicios, la naturalización de la desigualdad de género en la institución educativa.

**Palabras clave:** Escuela. Relaciones de género. Sociología.

---

<sup>1</sup> Socióloga, Mestre e Doutoranda em Geografia. Atua como docente na Universidade Federal de Rondônia. Contato em [elisangela.unir@hotmail.com](mailto:elisangela.unir@hotmail.com).

<sup>2</sup> Sociólogo, graduando em Pedagogia e Mestre em Educação. Atua como docente no Centro Universitário São Lucas. Contato em [profrafaelsocio@gmail.com](mailto:profrafaelsocio@gmail.com).

## **Introdução**

Este relato de experiência foi desenvolvido no período de estágio supervisionado com aprofundamento na prática docente enquanto professores e estudantes de Ciências Sociais na educação básica com reflexões tomadas também no ensino superior. Entretanto, nosso recorte de observação se estabelece nas experiências tomadas no ensino de Sociologia no ensino médio na escola Rio Branco, situada na cidade de Porto Velho, Rondônia, estado amazônico e espaço transfronteiriço de fronteira.

Frente as posições da prefeitura municipal de Ariquemes de Rondônia e da aprovação da reforma do ensino médio pelo governo Federal, se indispensável e tornou imperativo resgatar as reflexões a análise deste fenômeno sob a ótica do/da docente analisa-las pela lógica do professor de Sociologia frente à estas(as) mudanças conservadoras que se opõem as mudanças que com muito esforço os movimentos de (feministas) mulheres, homoafetivos, educadores e demais gêneros e organizações populares haviam angariado nos últimos anos. Percebemos então uma resistência frente as mudanças que se estabelecia antes nos porões da sociedade e que agora, com apoio de certos setores religiosos, da mídia, especialmente das redes sociais, e de certos agentes estatais afloram nas ruas, falas e ações dos que resistem à mudança.

O relato de experiência aqui apresentado é resultante das experiências formativas e profissionais dos pesquisadores e docentes envolvidos com este processo frente à necessidade teórica e prática de debater estas questões que perpassam o gênero e outras formas de resistência aos atos antidemocráticos da atual conjuntura política governo.

Partimos do ponto teórico que a escola se organiza para reproduzir a sociedade e suas relações de poder, dialogando essencialmente com Bourdieu e Passeron (1998; 2009) e com autores que falam sobre a questão de gênero focando estes discursos na produção e ação escolar. Apesar da lógica reprodutivista dos autores apontados como essenciais neste trabalho, compreendemos que a questão fundamental na relação educação versus gênero versus ensino de sociologia não é afirmar estruturas que não podem ser modificadas, mas apresentar a possibilidade de mudanças a partir do deslocamento da problemática do sujeito para as estruturas sociais que reproduzem a exclusão ou silenciamento destes discursos no espaço escolar.

Assim, nosso objetivo é somar com as experiências e discursos sobre o ensino de Sociologia e a relação de gênero dentro do contexto que se estabelece no Brasil nesta segunda década do século XXI e buscando alternativas para o cenário que se propõe.

## 1 As relações de gênero e a sociedade

O ensino da sociologia tem como proposta a reflexão crítica sobre a realidade social, e junto com as outras disciplinas voltar-se para além da teoria, ela reivindica uma postura política desafiadora que leva para a vida também para prática, contudo ela não é a principal disciplina escolar, mas colabora para que o aluno pense a realidade de modo diferenciado, as diversidades e as dimensões sociais, políticas e culturais.

O tema proposto para este relato de experiência é elucidar sobre realidade construída através da história sobre a imagem de homens e mulheres na sociedade, no qual se reflete pelo olhar dos alunos do ensino médio. Nesse sentido, a sociologia representa uma disciplina que oportuniza o debate sobre essa temática.

O estudo sobre gênero e a condição da mulher começou a ser discutida com mais intensidade no século XX e representou uma grande mudança nas Ciências sociais como aponta Olga Espinoza (1993), estudar a condição da mulher a partir da lógica de gênero tem sido a maior ruptura epistemológica das Ciências Sociais nos últimos vinte anos, sendo sua importância marcada pelo rompimento com a visão androcêntrica dos espaços sociais que têm o homem como centro da perspectiva e como objeto ideal a ser alcançado pelas instituições sociais. O olhar de gênero nas Ciências Sociais marca-se pela inclusão da mulher pela elaboração de estudos e pesquisas que tem o parâmetro feminino como especificidade orientadora.

É importante frisar que esta categoria é se caracteriza pela não universalidade e por uma construção renovada, pela própria dinâmica social como aponta (SILVA, 2007) que considera que os gêneros são construídos socialmente, onde não existe uma universalidade. Ela também descreve que o gênero “é entendido enquanto um conceito/representação, e enquanto representação, uma construção social permanentemente renovada, diferenciada espacial e temporalmente” (SILVA, 2007).

A visão androcêntrica que privilegiava o homem em detrimento da mulher e levou-a séculos de invisibilidade e escassez de estudo sobre o contexto da mulher na história, essas formas de preconceitos eram motivadas e legitimadas pela sociedade, reforçadas pela igreja. De fato, a ciência também compartilhou desses preconceitos dando à mulher a imagem de inferioridade biológica em relação ao homem.

Estudos sobre a criminalidade feminina de Cesare Lombroso e Giovanni Ferrero em 1892 com a obra *La Donna Delinquente* defendiam a postura de que a mulher tem uma passividade e

imobilidade que é determinada fisiologicamente. Dessa forma era vista com um ser com adaptabilidade a obediência mais que os homens, porém ela é também amoral e enganosa.

A condição da mulher na história foi construída com base na inferioridade biológica e social, teve uma imagem inferior e por vezes foi-lhe imposta à tutela e castigo realizado pelos pais e irmãos, e posteriormente pelo marido, sua função e trabalho eram voltados para o lar e para a família, as suas ações sempre foram vigiadas de forma diferente do homem. Por isso, sua presença na esfera pública foi palco vários obstáculos e conflitos.

Dentro dessa ideia a visão concebida pelos teóricos sobre o gênero promoveu a diferenciação e dicotomia entre homem/mulher e masculino/feminino, dessa forma a proposta de Saffioti, (1992) apud Espinoza é que o conceito de gênero se apresenta na esfera social ao passo que o conceito de sexo está situado no plano biológico. Sendo assim, ao pensarmos a questão do homem e da mulher pelo aspecto social, podemos evidenciar como se são construídos os papéis de homem e mulher nas sociedades lócus de estudo do pesquisador/ra.

Essas relações construídas socialmente trazem consigo uma gama de práticas como a submissão e o estigma, como atributo negativo (GOFFMAN, 1988) sobre as mulheres, no sentido negativo, a mulher se vê como inferior e se voltou por muito tempo a obediência aos preceitos religiosos e a imposição cultural sobre suas práticas, corroborando com uma condição subalterna, esta subalternidade é fruto essencial do papel de gênero da mulher, ao passo que os diversos aparelhos ideológicos constroem homens e mulheres em sujeitos bipolares, opostos e assimétricos, envolvidos em uma relação de domínio e subjugação (COSTA, 1998).

O parágrafo acima mostra que aparelhos ideológicos do Estado reproduzem a desigualdade e a subalternidade. Nesse contexto, a proposta é de analisar a escola como um aparelho do Estado que reproduz e potencializa o preconceito e a desigualdade de gênero. A sociologia tem um papel importante nesse sentido de proporcionar como disciplina no ensino médio o fomento ao debate sobre a ótica de gênero entre os alunos, educadores (as), diretores (as), pedagogos (as) e a comunidade em geral enquanto disciplina cujo papel fundamental é desnaturalizar e explicitar as relações sociais.

Logo, se cabe ao papel dos estudos de gênero desnaturalizar as relações sociais no que tange à construção de identidades sociais de dominação e subalternização, a sociologia é uma das disciplinas fundamentais a trazer em seu espaço de ensino como se estabelecem estas relações em nossa sociedade.

## **2 A estrutura curricular, Gênero e o ensino de Sociologia**

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014, responsável por definir metas para o período de dez anos do Ensino Básico ao Superior, buscou lutar contra a discriminação ao promover a equidade de gênero e difundir propostas pedagógicas sobre sexualidade.

No entanto, o debate divide opiniões, políticos representantes de igrejas católicas e evangélicas neopentecostais buscam a todo custo impedir que esse tema seja discutido nas escolas. Segundo esses representantes o ensino baseado na “ideologia de gênero” está induzindo jovens e crianças a serem homossexuais. Segundo a CNBB<sup>3</sup> (Conselho Nacional de Bispos do Brasil), este tipo de abordagem trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias. Mais recentemente, em Rondônia, tivemos o caso de um prefeito que mandou arrancar dos livros didáticos as páginas que falam sobre a questão de gênero em suas diversas perspectivas, demonstrando que nossa pergunta é pertinente quando questionamos qual a dificuldade de se falar sobre gênero na escola.

Consequentemente, tem-se uma visão deturpada da realidade que se reflete nas práticas políticas de legisladores, o que mostra total falta de preparo em lidar com temas transversais que muitas vezes vão de encontro aos seus preceitos morais. Preceitos estes que são passados de gerações em gerações que ocasionam no preconceito de gênero.

Através dessa forma de ver o mundo, as escolas de fato reproduzem os valores geracionais, morais e religiosos que moldam o comportamento dos indivíduos. Assim, aponta Bourdieu (2001), que a escola representa espaço de dominação e reprodução de valores das classes dominantes, na perspectiva do autor o sistema escolar cumpre a função de legitimar e perpetuar à ordem social ao passo que as novas formas de dominação excluem a imposição da hierarquia social pela brutalidade, a escola surge como aparelho de dominação ideal para a manutenção da organização social vigente.

A escola não é um espaço neutro, é lócus da violência simbólica, é palco de disputas de poder, espaço de reprodução de valores burgueses e serve ao sistema de dominação por meio do ensino que determina formas de pensar e agir. Por isso, mudar as mentalidades se torna uma tarefa desafiadora para a sociologia ao abordar as ideologias de gênero. Grande parte de processo de ataque

---

<sup>3</sup> Para mais informações, ler <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1644547-ideologia-de-genero-desconstrui-o-conceito-de-familia-afirma-cnbb.shtml>.

ao ensino de gênero nas escolas, partem de plano de homogeneizar a cultura e o comportamento humano, para que possam atender as demandas do mercado e das classes burguesas.

Devemos debater também o espaço escolar enquanto possibilidades de experiências plurais, evidenciadas pelos diferentes agentes envolvidos que, por sua vez, possuem formações sociais diferentes que acordam com suas raças, etnias, classes econômicas, gêneros, dentre outras experiências classificadas. Entretanto, seguindo a lógica de Pierre Bourdieu (2001) a escola se compõe enquanto espaço de disputa por poder. Uma das manifestações desta disputa está na composição e desenvolvimento do currículo.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (1999) o currículo pode vir a reproduzir os elementos hegemônicos da sociedade caso este não problematize as questões da pobreza, racialidade, gênero e acaba por legitimar o que se chama de identidades hegemônicas, identidades estas brancas, ocidentais, masculinas e heterossexuais, ao mesmo tempo que exclui os grupos minoritários das estruturas de poder, reproduzindo visões estereotipadas sobre os mesmos. Ainda segundo Tomaz Tadeu da Silva (1999) o currículo é discurso que se dobra sobre os corpos, produzindo identidades e apagando diferenças, formando as pessoas enquanto indivíduos.

Ao passo que o currículo, mesmo o oculto, surge com o intuito de dar voz para alguns e silenciar outros, cabe às disciplinas de formação humana e ética, aqui representadas pelo ensino de Sociologia, a discussão sobre a desnaturalização destas configurações de poder e no caso do gênero, dissolver a padronização heteronormativa e a biologização dos indivíduos.

Outro aspecto do ensino de Sociologia, em sua razão essencialmente crítica e desnaturalizante (AMAURY, 2011), no diálogo com os debates de gênero na escola fazem referência ao questionamento sobre quais grupos sociais estão excluídos ou incluídos no processo de escolha de quais saberes e práticas serão ensinados, perguntando a partir da análise sociológica da educação como o currículo tem agido na produção de identidades e diferenças nas relações de gênero.

Outra questão que as práticas enquanto graduandos e professores das Ciências Sociais é refletir qual a relação das ausências de discursos estereotipantes entre professores e alunos com relação ao gênero na escola com a cultura da sociedade em que estes professores, alunos e a própria escola está inserida. Se a partir de nossa observação em sala de aula podemos observar formas de violência e preconceito de gênero significa que nossa sociedade constrói indivíduos com estas subjetividades.

A escola, seu currículo e por consequência a disciplina de Sociologia, estão inseridos dentro de uma cultura, de uma sociedade, em uma sociedade que vê a heteronormatividade e a dominação masculina como “única forma de viver” a sexualidade de “forma saudável e certa”. Esta sociedade, em suas diversas formas de manifestação do poder, se torna o principal fator de silenciamento sobre as questões de gênero no espaço escolar, sendo que o diálogo entre as diferentes identidades de gênero ocorre, geralmente, de forma não harmônica (JUNQUEIRA, 2009).

Por isso, a tarefa de falar de gênero nas escolas é um ato político e desafiador, pois contraria os interesses de grupos que detém o poder, ainda mais se levarmos em consideração a exclusão recente da Sociologia enquanto disciplina do ensino médio na educação pública brasileira. Apesar disto, a tarefa do ensino de Sociologia é desnaturalizar formas de pensar e agir, refletir sobre a realidade com vistas a mudá-la e defender os direitos humanos. Pensar nas relações de gênero, sobretudo é defender os direitos não só de mulheres, mas de negros, indígenas, gays, lésbicas, transexuais entre outros grupos historicamente subalternizados.

### **3 Compreender a partir da experiência: a pesquisa realizada na escola estadual rio branco em Porto Velho/RO**

A educação chegou para mulher somente em 1827 no Brasil através da primeira constituição brasileira que instituiu o ensino para as mulheres, porém o que era ensinado para elas referia-se ao ensino de economia doméstica, costura, decoração e pintura, diferentemente dos homens que aprendiam aritmética e geometria.

O ensino para as mulheres era voltado para o lar, manutenção e continuidade da família. Somente em 1879 a mulher teve acesso aos cursos superiores, embora ainda com restrições em algumas áreas de formação. Os dogmas religiosos obrigaram historicamente a mulher a ser educada para servir à Deus e a família, sendo que a única educação permitida para a mulher era a religiosa, outras formas de ensino eram contestadas pela igreja pois associava a mulher ao pecado e esta mulher não poderia adquirir conhecimento para usar com estes fins.

Logo, a mulher sem instrução alguma poderia estudar apenas no século XII e XIII, com autorização do pai ou do marido, tendo a condição financeira que permitisse o estudo, indo estudar nos conventos onde receberiam o ensino da leitura e escrita, além da instrução nos bons modos, o que significa aprender a obedecer ao marido e a Deus, devotando-se apenas à família (RIGONI, 2008)

Historicamente, várias mudanças levaram a conquistas para as mulheres, essas foram bastante significativas, atualmente temos na educação um maior número de mulheres que os de homem, nos cargos de chefia, as mulheres ganharam espaço, da mesma forma no meio político.

Dentro da iniciativa de trabalhar com os conceitos de gênero, o estágio em prática de ensino na Escola Rio Branco, escola gerida pelo Governo Estadual na cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, pareceu uma boa oportunidade de pesquisar sobre o assunto. Dentro da prática pedagógica iniciada com os alunos do ensino médio, com idade entre 16 e 17 anos.

A Escola Estadual Rio Branco, se localiza em uma área central em Porto Velho, porém sofre com os mesmos problemas das escolas periféricas da cidade. Precariedade de estrutura e de ensino. Ela oferece o ensino Fundamental e Médio em horários matutino, vespertino e noturno.

Grande parte dos alunos são oriundos de bairros pobres da cidade, os pais em grande parte são da classe trabalhadora. Os alunos caracterizam pela vivência em periferias, com os desafios de estudar em meio ao caos da cidade, falta de incentivo, perspectivas futuras de emprego, poucos recursos disponíveis e baixa estima.

As observações de mostraram que as influências corroboram com o comportamento e pensamento dos alunos. Nossa metodologia caracterizou-se pela observação participante ao passo que não estávamos como simples participantes dos processos, mas agindo enquanto professores ou estagiários da disciplina de Sociologia. A observação participante na escola tem como objetivo diminuir o estranhamento recíproco, ou seja, na atuação enquanto professores temos como objetivo nos aproximar da cultura ao passo que somos “aceitos” pelos docentes e compreendidos como professores pelos alunos, que nos tratarão como tal. Na condição de estabelecer registros ao passo que nos “formamos professores” as percepções possuem um diálogo entre a condição objetiva e subjetiva, postura já superada pela observação social enquanto metodologia (VELHO, 1987).

As experiências observadas e analisadas neste documento ocorreram durante o estágio supervisionado no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia. O percurso que os estudantes de estágio fazem em sala de aula inicia-se pela observação, em nosso caso nas aulas de sociologia ministrada pelos professores de ensino médio e corresponde a 360 horas da formação do licenciado em Ciências Sociais, sendo três disciplinas de estágio com 120 horas cada.

Na observação participante, podemos anotar, conversar com alunos e professores sobre os aspectos da aula. A impressão é que vivenciamos dois mundos, os muros da universidade e os muros da escola separam a realidade social que ocorre na sala de aula e na vida cotidiana. Porém também

observamos que a escola se torna reflexo das mazelas sociais nas quais se incluem os preconceitos gerados nas relações de gênero, classe, cultura, identidade, entre outros.

O docente que ministrava a disciplina de sociologia era graduado em história, o que é bem comum nas escolas da região, usa-se a disciplina de sociologia apenas como forma de cumprir a carga horária necessária. Portanto, essa disparidade se reflete na forma de ensinar do docente, que não formado na área, tinha dificuldades em ministrar os conteúdos necessários.

Posteriormente, tivemos a oportunidade de exercer prática docente, na intervenção podemos estreitar os laços sociais com os alunos. Estes laços são importantes para estabelecer uma relação de confiança, onde eles possam relatar suas experiências, formas de ver o mundo. Foi nesse momento que realizamos a atividade sobre as questões de gênero. O que oportunizou o debate e construção de ideias. Este processo começou com a indagação aos alunos sobre o ser homem e mulher na sociedade, a oportunidade de ver e ouvir de perto as suas convicções sobre essa temática foi bastante importante.

Posteriormente foi proposto para as turmas o debate entre os sobre o tema entre os alunos. Esta atividade foi realizada com cinco turmas do primeiro a segundo ano do ensino médio na referida escola e os resultados abaixo são frutos das anotações destes trabalhos e observações dos pesquisadores.

A ideia central era buscar a compreensão dos alunos e como eles concebiam imagem do homem e da mulher na sociedade, esse questionamento tinha o objetivo de buscar compreender a construção coletiva e seu imaginário com relação ao gênero.

Com base nesse questionamento, os resultados refletiram as observações realizadas entre professores e alunos no ambiente escolar. Nesse sentido, pela percepção e os relatos mostraram que ainda existe sexismo na linguagem, nos livros didáticos e nas ações dentro da escola. Nas atividades realizadas durante o estágio de licenciatura, foi possível captar os vários olhares dos alunos sobre o assunto. O resultado mostrado abaixo diz respeito ao exercício realizado na sala de aula, as respostas mais frequentes dos alunos sobre seu entendimento do ser homem e mulher na sociedade:

**Tabela 01:** Respostas da atividade sobre o que é ser homem e mulher na sociedade

SER HOMEM É...	SER MULHER É...
Dominador	Sensível
Frio	Emotiva
Sustentar a família	Cuida da casa e dos filhos
Maior força física (forte)	Menos força física (frágil)
Dar proteção a mulher	Ser protegida pelo homem
Gostar de esporte	Gastar muito dinheiro
Violento	Sentimental
Irresponsável	Responsável
Livre	Caseira

Fonte: Os autores, 2017.

Nas respostas descritas foi possível perceber que ainda se perpetuam a ideia dualista entre os sexos, separados por sua função social. O homem como dominador, líder, livre, forte e protetor da família revelam a imagem máscula, viril que ele deve exercer na sociedade. Uma das respostas mostrou a palavra “violento”, na qual reforça a imagem de dominador, ou seja, a dominação masculina ou mesmo como a autora Safiotti aponta como o poder do Macho, o homem como dominador, o caçador, ou mesmo como um sujeito desejante em busca de sua presa (SAFFIOTTI, 1987).

A vivência em sala de aula mostra que necessariamente este debate deve ser realizado, entre crianças, jovem e adulto. Cada faixa etária em sua forma de abordagem, porém é importante desconstruir que a “ideologia de gênero” é algo negativo. Cabe aos docentes o papel de mobilizar, incentivar e promover dentro da sala vivências entre os alunos que incentivem o debate, respeito aos direitos humanos.

A reflexão do papel da sociologia e as questões de gênero é necessária para todos os campos do conhecimento abordados na escola. O que foi observado que há pouco ou quase nenhum interesse em abordar o tema, por parte de professores de outras áreas do conhecimento. Alguns desconheciam o conceito e outros não viam importância e abordar este tema em sala de aula. A busca por aprimorar o debate pode ser incentivada com projetos de ação, entre alunos, corpo docente, escolar e as esferas maiores da educação.

Neste sentido, o imaginário masculino e feminino se atrela a uma gama de representações sociais e espaciais que se reveste na vivência cotidiana dos indivíduos. Dessa forma, o entendimento é que o homem deve ser comportar como um sujeito dominador e se preciso, utilizar-se da violência. O que abre margem para a aceitação da violência de gênero, como um ato natural e, portanto, socialmente aceitável.

Ao citar a mulher, o que mostra é que ela ainda continua sendo subordinada e estigmatizada. Nas respostas aparecem com frequência as palavras: sensível, emotiva, sentimental, como atributos do comportamento feminino, sua feminilidade está atrelada com essa tendência a ser sempre passiva e doce. Assim como mostram os livros de histórias infantis que são ensinados as meninas como se comportar desde a infância. Outra resposta que chamou a atenção foi a palavra: “cuidar” e “ser “protegida”, estes termos remete a função da mulher na sociedade: o cuidar sempre esteve relacionado com o dever feminino, cuidar da casa, cuidar dos filhos, cuidar da família. Esta característica refere-se aos ideais judaico-cristãos em que dentro de algumas interpretações reflete no comportamento feminino e masculino bem marcados com características próprias.

Por meio das representações sociais, são construídas as representações de gênero, através da educação formal e não formal, as imagens e representações são construídas e os julgamentos postos e determinados pela sociedade. Não se pode desprezar o papel que a educação tem nestes efeitos sobre o comportamento humano, sendo este o resultado da aprendizagem das gerações passadas, que trazem consigo o modelo patriarcal. Isso é reforçado na educação das crianças tanto na família como na escola. E como consequência, formata os indivíduos segundo os moldes da trama social e exerce uma influência demasiado importante, seguindo pelas escalas locais e globais, pelas leis e pelas instituições do Estado.

Cada cultura representa suas vivências de diversas formas, as representações de gênero e suas identidades também são resultados de representações de mundo alicerçada em construções culturais, nas quais julgamos as ações e papel do cada indivíduo. Cada cultura determina essa fronteira de identidades e as diversas formas de manifesta-la.

É preciso enfatizar que a escola tem um papel importante no sentido de promover dentro da disciplina de sociologia o estudo e debates sobre gênero com os alunos, ajudando a desconstrução dos conceitos sexistas, buscando um diferencial na abordagem sobre as relações de gênero.

A realidade é que a escola na atualidade, principalmente a escola pública, não está preparada para lidar com essas questões, o material didático adequado ainda é insuficiente para que os

professores tenham como trabalhar essa visão do preconceito. Por esses motivos, observa-se as ausências e silenciamentos deste tema nos currículos e quando existem orientações nesse sentido, não são abordados de maneira adequada.

As meninas e os meninos dentro da escola sofrem uma separação desde mais tenra idade, causando com isso até certa rivalidade, os debates levavam os alunos a se defenderem segundo o sexo biológico, as meninas defendiam-se e acusavam os meninos e assim acontecia com os meninos. O espaço escolar nesse sentido deve desenvolver a cooperação e não a rivalidade.

O papel do educador e educadora nesse contexto é muito importante para que as mudanças na abordagem possam acontecer na escola. Porém, na realidade os educadores não têm preparo para lidar com esses temas, desde a graduação não tem contato com os temas sobre gênero. Sua atuação no espaço da escola acaba refletindo sua vivência cotidiana e pouco os princípios pedagógicos e humanos que devem fazer parte de sua formação.

Sobre a abordagem de gênero na escola mostra-se na prática é que não há um preparo para a equipe de diretores, educadores, e demais envolvidos no processo. Atualmente o termo “ideologia de gênero” tem sido banalizado por grupos opositores e utilizado de forma subversiva esse termo, com isso a “ideologia de gênero” passou a ser uma frase maldita e quase que proibida de ser dita no meio escolar, tornando-se alvo de vários projetos que buscam impedir o ensino de gênero, na qual aborda-se assuntos diversos que ajudam na reflexão e desconstrução de preconceitos entre jovens e crianças.

Nesse entendimento colocamos que para erradicar ou diminuir o sexismo do cotidiano das pessoas não basta elimina-los dos manuais e livros escolares, mas é preciso uma mudança de mentalidade dos educadores, da família, da escola e da sociedade em geral. Assim, o educador que pretende desenvolver um ensino não sexista deverá analisar suas próprias atitudes, preconceitos, valores, estando atento como exterioriza suas concepções sobre a divisão dos papéis sociais (Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência- Guia Prático para Educadores e Educadoras, 2006).

Portanto, não é uma tarefa fácil, mudar mentalidades, práticas e culturas, ainda mais em um Estado, ou até mesmo em uma nação, onde o conservadorismo está em ascensão e apresenta-se mesmo nas ações do Estado, como o caso da prefeitura de Ariquemes, onde o prefeito e seus assessores mandam retirar do material didático, partes sobre a união homoafetiva ou uso de preservativos, em clara posição conservadora e ditatorial, uma vez que as entidades e agentes

educacionais não foram convocados para diálogo, esta posição foi tomada após reunião do prefeito com vereadores<sup>4</sup>.

Acreditamos que o desenvolvimento de uma sociedade justa, com equidade de gênero e que valorize a diversidade de identidades é o ideal buscado, para isso o ensino voltado para a formação de indivíduos reflexivos e conscientes da importância de tais temas, é de fato um desafio, principalmente quando se observa a realidade das escolas brasileiras na atualidade. É preciso pensar as formas de resistência a um Estado autoritário e retrógrado que hoje alimenta as desigualdades e violências descritas neste breve relato.

## **Considerações Finais**

Preparar a escola com base na equidade de gênero é uma oportunidade de minimizar os preconceitos e as rivalidades entre meninos e meninas nas escolas. A escola e o conjunto que forma essa instituição devem estar atentos para essa temática que sempre cercou os muros da escola, mas em por vezes não é abordado, gerando as ausências de debates e silenciamentos de atores que querem abordar o assunto.

A Sociologia tem um papel importante como disciplina de análise e reflexão da realidade social que deve provocar na escola, nos educadores/as, pais, e alunos a reflexão sobre o papel da mulher e do homem na sociedade. E que vai além de conceitos pré-concebidos, formas dualistas de ver a realidade. A sociologia tem esse papel de descortinar o que parece natural, nato e biológico e mostrar que muito do que somos é resultado de nossas construções e raízes socioculturais.

Por este motivo, é preciso repensar coletivamente duas questões fundamentais sobre o ensino de Sociologia e a questão do gênero: (1) primeiro a superação de um currículo turístico (SANTOMÉ, 1995) ou de uma falsa inter ou multiculturalidade, onde as discussões sobre gênero se tornam flutuantes ou ocorrendo de forma não crítica, o que infelizmente temos caminhado ao passo que as discussões de gênero são retiradas da construção curricular da educação básica pelas normatizações mais recentes, entre elas o plano nacional para o ensino fundamental publicado em Abril de 2017.

---

<sup>4</sup> Para saber mais: <http://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/01/prefeitura-manda-arrancar-paginas-de-livros-escolares-sobre-homossexuais.html>.

Nosso segundo ponto (2) fala sobre a formação de professores de Sociologia que, enquanto disciplina que dialoga com nossas posições sobre a desnaturalização da sociedade, deve propor formações, inclusive a continuada, que dialoguem constante com a questão de gênero. Refletindo sobre isso, o projeto político pedagógico do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia de 2006 (UNIR, 2006) não possui nenhuma referência à palavra gênero, feminismo, feminicídio e nenhuma disciplina que trabalhe diretamente com o tema, podendo ser abordado, de forma flutuante, nas disciplinas de “tópicos especiais” ou em grupos de pesquisa, sendo que nenhum dos dois autores recebeu, na graduação, nenhuma formação nas disciplinas curriculares do curso.

O Estado delimita e limita o papel das pessoas na sociedade, historicamente limitou a mulher a ser subordinada, passiva e dependente. Hoje se busca a promoção da cidadania e a reparação as injustiças sociais cometidas contra as mulheres, negros, homossexuais e outros segmentos. A educação deve ser repensada para não mais subjugar essas pessoas, mas de modo a incluí-las nos projetos pedagógicos buscando a equidade de gênero.

Assim, a partir de nossa reflexão em sala de aula e sobre nossas formações acreditamos que se torna imperativo pensar estas questões ao passo que dialogamos, ou somos silenciados, por movimentos conservadores que trespassam as redes sociais ao passo que assumem o poder estatal ou outras formas de controle e a formação de professores de Sociologia não dialoga, pelo menos em nossa experiência, institucionalmente com estas questões.

A educação é uma das instituições sociais fundamentais para a construção da sociedade, quer seja ela democrática ou excludente, por este motivo devemos nos ater aos debates fundamentais sobre a construção destes espaços e este relato de experiência objetiva somar a este discurso e as outras vozes, além de propor orientações.

## Referências bibliográficas

MORAES, Amaury. *Ensino de Sociologia: Periodização e Campanha pela obrigatoriedade*. Caderno Cedes, Campinas, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para uma teoria do Sistema de Ensino*. (Tradução de C. Perdígão Gomes da Silva), Lisboa: Ed. Vega, 2009.

COSTA, Ana Alice. *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA e Assembléia Legislativa da Bahia. 1998 (Coleção Bahianas, vol.2)

*Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência- Guia Prático para Educadores e Educadoras.* São Paulo: NEMGE/CNPQ, 2ª edição, revista e ampliada. TecArt Editora, 2006.

ESPINOZA, Olga. *A Prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista.* Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias, 1(1):35-59, Jan-Dez, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “*Não temos que lidar com isso. Aqui não há gays nem lésbicas!*” *estados de negação da homofobia nas escolas.* Trabalho apresentado na 32ª reunião anual da ANPED, Caxambu, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Estigma-Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada.* São Paulo: Ed. Zahar, 1980.

REZENDE, Alice Maria. Santos, *Educação, Gênero e Pobreza e a Pertinência e ações afirmativas.* Revista Democracia Viva, nº 34, pp. 18-26, 2007.

RIGONI, Ana Carolina. *Refletindo sobre as influências Religiosas que marcaram o corpo feminino.* Artigo apresentado NO IV Congresso Sul Brasileiro de Ciências do Esporte. Faxinal do Céu, PR, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho.* São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *As culturas negadas e silenciadas no currículo.* In SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.* Petrópolis: Vozes, 1995, p. 190-207.

SILVA, Joseli Maria. *Amor, Paixão e Honra como Elementos da Produção do Espaço Cotidiano Feminino.* Revista Espaço e Cultura, UERJ, RJ, Nº. 22, P. 97-109, JAN./DEZ. DE 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

UNIR. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia.* Porto Velho, Rondônia, 2006.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar.* In: VELHO, Gilberto (Org). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.* 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987, p. 121-132.

*Recebido em: 28 de fevereiro de 2017*

*Aprovado em: 23 de abril de 2017*

*Avaliação cega por pares: fev./abr. de 2017*